

**Schuma Schumacher**

Negam

GensL / INSPIRAÇÕES

**De:** "Rosana Heringer" <r.heringer@uol.com.br>  
**Para:** <rosana@actionaid.org.br>  
**Cc:** <nilraci@uol.com.br>; <silvia@soscorpo.org.br>; <moroni@inesc.org.br>; <scorrea@abiaids.org.br>; <michelle@cfemea.org.br>; <rosana@actionaid.org.br>; <sucupira@ibase.br>; <sramos@alternex.com.br>; <criola@alternex.com.br>; <sramos@candidomendes.edu.br>; <anax@ibase.br>; <dheredia@ibase.br>; <guacira.colegiado@cfemea.org.br>; <jaciramelo@uol.com.br>; <juremawerneck@hotmail.com>; <livsovik@terra.com.br>; <schuma@redeh.org.br>; <iarap@inesc.org.br>; <iradj@zaz.com.br>; <msantoro@ibase.br>; <helena@reboucaseassociados.com.br>; <cleyde@canalimaginario.com.br>; <itamar@ibase.br>; <narebocas@hexanet.com.br>; <fernanda@ibase.br>; <atilar@actionaidusa.org>; <jdura@fase.org.br>; <scarnei@uol.com.br>; <moronij@inesc.org.br>; <carla@soscorpo.org.br>; <maira@reboucaseassociados.com.br>; <helenaarocha@uol.com.br>; <natalia@cfemea.org.br>; ""Luciano Cerqueira"" <lcerqueira@ibase.br>; <angela@abiaids.org.br>

**Enviada em:** quinta-feira, 18 de novembro de 2004 01:07  
**Assunto:** Re: ali kamel - uma tentativa de resposta

[Amig@s.](#)

Segue uma tentativa de resposta ao Ali Kamel. Críticas e sugestões são bem vindas e também sugestões de possível publicação.

Abraços,

Rosana Heringer

### **Aos congressistas, uma carta sobre ação afirmativa, cotas e dignidade**

Rosana Heringer (\*)

Como branca, de classe média, com curso universitário concluído e emprego estável, muitas vezes me perguntaram por que me interesso pelos direitos da população negra e defendo ações afirmativas no Brasil. Muitas vezes tenho que me explicar e repetir argumentos para aqueles que acreditam que os problemas graves de desigualdade e pobreza que vivemos no Brasil são de origem social apenas, e não tem relação com a cor da pele ou a aparência dos indivíduos. Ainda precisamos continuar afirmando, numa tarefa educativa e permanente, que a pobreza (e a riqueza) têm cor e que convivemos cotidianamente com manifestações de preconceito racial em nosso país.

Os números apresentados pelo jornalista Ali Kamel em artigo publicado em O Globo no dia 16/11/2004 revelam uma vez mais esta tentativa de desqualificar os argumentos daqueles que apóiam a adoção de políticas específicas para a população negra no Brasil. O autor afirmou que não há o "branco médio" nem o "negro médio", só existentes nas estatísticas e que, portanto, é necessário comparar grupos de brancos e negros em condições sociais semelhantes, para identificar se há ou não diferenças associadas ao racismo.

Entretanto, o que o jornalista não informou aos seus leitores é que, quando comparados grupos de brancos e negros (pretos e pardos) em situação semelhante de pobreza, há um número desproporcional destes últimos em relação aos brancos na mesma situação. Ou, mais evidente ainda, há uma impressionante super-representação de brancos entre os mais ricos do país.

18/11/2004

Em 2001, por exemplo, como nos informa Wania Sant'anna no seu trabalho sobre assimetrias raciais no Brasil, os negros representavam 69,3% dos 10% mais pobres da população, enquanto os brancos representavam, apenas, 32,3%. No extremo oposto, entre o centésimo mais rico da população, os afrodescendentes eram apenas 8,0% e os brancos 88,8%. Quer dizer, pode haver pouca diferença entre as condições de vida de brancos e negros pobres ou de brancos e negros ricos, porém fica sem resposta porque muito mais negros do que brancos encontram-se em situação de pobreza.

Os números sobre este assunto – assim como em qualquer tema que envolve a possível adoção de políticas públicas - não podem ser tratados de maneira parcial ou incompleta, sob o risco de criarmos falsos argumentos que simplesmente servem para reproduzir o quadro cristalizado de desigualdade racial e social que existe no país.

Quando o poder executivo brasileiro encaminha ao Congresso um projeto de lei que visa a reserva de um percentual de vagas no acesso ao ensino superior para estudantes negros, indígenas e/ou estudantes de escolas públicas, sua preocupação é normatizar, expandir e conferir maior legitimidade a programas que já vêm sendo desenvolvidos em mais de uma dezena de universidades brasileiras e em setores do serviço público federal, estadual e municipal, na busca de ampliar oportunidades para que candidatos com potenciais equivalentes de desempenho acadêmico e profissional não sejam prejudicados pelo sua origem ou pelo fato de não terem tido as mesmas chances de escolaridade básica que uma pequena elite pode dar aos seus filhos.

O governo federal também tem outra preocupação: garantir os meios para que, num prazo de tempo mais curto, tenhamos formados no Brasil profissionais negros de nível superior, principalmente em carreiras mais seletivas, como Medicina, Odontologia, Desenho Industrial ou Comunicação Social, em proporções mais próximas à representação deste grupo racial na população brasileira. Estudo do pesquisador do IBGE José Luis Petrucelli, recentemente divulgado, demonstra que, com base nos dados do censo 2000, há 285 mil médicos no país, sendo que 83% destes se auto-identificam como brancos – observe-se que não estamos falando aqui de tipos "médios", mas de pessoas reais. Com base neste indicador, Petrucelli afirma que o Brasil levaria pelo menos 25 anos para ter um número de médicos negros proporcional à população negra no país. Ainda assim, isto ocorreria numa situação fictícia em que todas as vagas disponíveis em cursos de Medicina fossem destinadas a negros e indígenas.

Tais distâncias entre a proporção dos grupos de cor na população e sua situação sócio-econômica não são obra da natureza nem aconteceram por acaso. A construção e a manutenção das desigualdades raciais na sociedade brasileira tiveram como ponto de partida a realidade da escravidão. Entretanto, como vários pesquisadores brilhantes, entre os quais Carlos Hasenbalg, já evidenciaram exaustivamente ao longo das últimas quatro décadas, tais desigualdades foram se cristalizando e reproduzindo através de uma série de mecanismos sociais, políticos, culturais, econômicos e institucionais que contribuíram para a manutenção dos privilégios raciais existentes em nosso país, revelados nas estatísticas que examinamos hoje.

O Brasil conseguiu atravessar o século XX sem encarar de frente a perversidade desta hierarquia racial. Fingimos ao longo de décadas viver numa sociedade "harmoniosa", sem que a elite majoritariamente branca se sentisse sequer ameaçada pela enorme distância social em relação aos negros. Uma pessoa branca de classe média no Brasil pode passar a vida praticamente sem conviver com um indivíduo negro numa posição de igualdade, não subordinada, como bem lembrou a jornalista Miriam Leitão em um seminário na UERJ.

Hoje, na primeira década do novo milênio, estamos tentando encarar este debate, tocar em nossas próprias feridas. Não é uma tarefa fácil – e ninguém disse que seria. Os negros que se apresentam criticamente, que buscam ampliar as oportunidades, que não se acomodam, não podem experimentar isolamento. A mudança social que este país precisa hoje, parte da transformação positiva que vai trazer dignidade à nação tem um nome: ação afirmativa e ampliação de direitos da população negra.

(\*) Coordenadora Geral de Programas da ActionAid Brasil.

----- Original Message -----

----- Forwarded by Rosana Heringer/ACTIONAID on 17/11/2004 20:32 -----

"Angela Collet" <angela@abiids.org.br>

16/11/2004 17:03

Please respond to "Angela Collet" <angela@abiids.org.br>
---

<niraci@uol.com.br>, <silvia@soscorpo.org.br>, <moroni@inesc.org.br>, <scorrea@abiids.org.br>, <michelle@cfemea.org.br>, <rosana@actionaid.org.br>, <sucupira@ibase.br>, <sramos@alternex.com.br>, <criola@alternex.com.br>, <sramos@candidomendes.edu.br>, <anax@ibase.br>, <dheredia@ibase.br>, <guacira.colegiado@cfemea.org.br>, <jaciramelo@uol.com.br>, <juremawerneck@hotmail.com>, <livsovik@terra.com.br>, <schuma@reneh.org.br>, <iarap@inesc.org.br>, To <iradj@zaz.com.br>, <msantoro@ibase.br>, <helena@reboucaseassociados.com.br>, <cleyde@canalimaginario.com.br>, <itamar@ibase.br>, <narebocas@hexanet.com.br>, <fernanda@ibase.br>, <atilar@actionaidusa.org>, <jdurao@fase.org.br>, <scarnei@uol.com.br>, <moronij@inesc.org.br>, <carla@soscorpo.org.br>, <maira@reboucaseassociados.com.br>, <helenaarocha@uol.com.br>, <natalia@cfemea.org.br>, "Luciano Cerqueira" <lcerqueira@ibase.br>

cc

Subject Re: folder

Gente, caso alguém não tenha lido no O Globo de hoje, segue o artigo do Ali Kamel...

...esse artigo merecia uma resposta... abraços, Angela

Do Globo de hoje, seção Opinião:

Aos congressistas, uma carta sobre cotas

ALI KAMEL

O ministro da Educação, Tarso Genro, pediu pressa aos congressistas para que votem logo o projeto de lei que institui a adoção de cotas raciais e sociais nas universidades federais brasileiras. Eu peço o contrário: calma e cautela. Os cotistas se baseiam na premissa de que os negros vivem pior do que os brancos por racismo. Com apoio em números do IBGE, querem demonstrar que o nosso ideal de nação não passa de ficção: em vez de sermos um país que se orgulha de sua miscigenação, seríamos uma nação bicolor, em que os brancos oprimem os negros. Tenho escrito que os números não mentem, mas enganam quem não os sabe ler. O que os cotistas têm feito é comparar alhos com bugalhos. Mas, para que os números digam a verdade, é preciso comparar alhos com alhos e bugalhos com bugalhos. É o que pretendo fazer aqui.

Se alguém pegar a massa de números relativos a todos os brancos do país e comparar com a massa de números relativos a todos os negros do país, como fazem os cotistas, não estará chegando a lugar algum. Porque a média de todos os brancos somados - os paupérrimos, os pobres, os de classe média, os ricos, os milionários - são uma ficção, o branco médio só existe nas estatísticas. Assim como o negro médio também não existe na vida real. De pouco nos serve, portanto, saber que um branco em relação a um negro, em média, é tantas vezes menos analfabeto, tem tantos anos a mais de escolaridade ou recebe um salário tantas vezes maior. É preciso comparar brancos e negros de mesma característica. Se houver diferenças, aí, então, talvez, se possa buscar, entre as razões, o racismo.

18/11/2004

O máximo que os pesquisadores fazem é pegar grandes grupos e compará-los. Por exemplo: os 25% mais pobres entre os negros e os 25% mais pobres entre os brancos. Mas estes dois grupos não são iguais: neles estão negros e brancos residentes em áreas urbanas e rurais, com nenhum, um, dois, três ou quatro filhos, com rendas que variam de zero até o limite máximo escolhido. Com tantas variáveis, os dois grupos não são comparáveis. E as diferenças encontradas entre eles podem ter muitos motivos: racismo, número de filhos, área de domicílio (rural ou urbana), renda.

Nem mesmo o critério de renda, isoladamente, resolve o problema. Suponhamos que se comparem brancos e negros que tenham R\$ 100 de renda per capita. Mesmo assim, os dois grupos não são iguais. Um casal negro com quatro filhos, morador da Zona Rural, mesmo tendo uma renda per capita de R\$ 100, tem uma vida completamente diferente de um casal branco, morador de Zona Urbana, com renda per capita de R\$ 100, mas sem filhos. O primeiro, apesar de ter renda familiar total de R\$ 600 (o casal, mais quatro filhos) talvez viva pior do que o segundo, com renda total de R\$ 200. Porque criar, em sentindo amplo (educar, divertir, vestir, tratar da saúde) quatro crianças é extremamente dispendioso.

A meu pedido, o estatístico Elmo Iorio pegou os dados brutos da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar do IBGE de 2003, acessíveis num CD-ROM a todos os brasileiros, e fez as tabulações relativas a brancos e negros, residentes em áreas urbanas, com um filho e rendimento familiar total de até dois salários (pobres, portanto). São grupos comparáveis, porque, ao menos em tese, têm as mesmas condições de vida, as mesmas possibilidades. É comparar alhos com alhos. Eu poderia ter escolhido brancos e negros da área rural, com dois filhos e renda de três salários-mínimos, ou brancos e negros com quaisquer outras características, não importa: o importante é que os grupos fossem comparáveis. Se um grupo estiver numa condição social melhor do que a do outro, a razão pode ser de fato o racismo.

Feita a comparação entre os dois grupos que escolhi, o resultado foi o que eu esperava: brancos e negros pobres têm as mesmas dificuldades, o mesmo perfil. Onde está o racismo? Nas contas de quem confunde alhos com bugalhos.

A pesquisa de Iorio mostra que a semelhança entre os dois grupos é constante e que as diferenças numéricas são estatisticamente desprezíveis. 72% dos brancos, 73% dos pretos e 69% dos pardos sabem ler e escrever. A média de anos de estudo, para os brancos, pretos e pardos é de 5 anos. 28% dos brancos, 28% dos pretos e 29% dos pardos têm entre quatro e sete anos de estudo. 9% dos brancos, 9% dos negros e 7% dos pardos estudaram entre 11 e 14 anos. Praticamente nenhum branco, preto ou pardo estudou mais de 15 anos. O ensino fundamental foi o curso mais elevado que 55% dos brancos, 56% dos pretos e 62% dos pardos frequentaram. Já para 22% dos brancos, 22% dos pretos e 19% dos pardos, o curso mais elevado que já frequentaram foi o ensino médio. O número de brancos, pretos e pardos que concluíram o ensino superior é desprezível.

A vida é difícil tanto para brancos, pretos e pardos: 43% dos brancos, 44% dos negros e 45% dos pardos começaram a trabalhar entre os dez e os 14 anos de idade; 25% dos brancos, 26% dos pretos e 24% dos pardos começaram a trabalhar um pouco mais tarde, entre os 15 e os 17 anos de idade. A maior parte dos brancos, pretos e pardos ou não tem carteira assinada ou trabalha por conta própria: 23% dos brancos, 24% dos pretos e 25% dos pardos não têm carteira assinada; e 24% dos brancos, 23% dos pretos e 27% dos pardos trabalham por conta própria. Há muitos outros dados, mas estes são os essenciais.

Esta pesquisa não deixa dúvidas de que não é a cor da pele que impede as pessoas de chegar à universidade, mas a péssima qualidade das escolas que os pobres brasileiros, sejam brancos, pretos ou pardos, podem frequentar. Se o impedimento não é a cor da pele, cotas raciais não fazem sentido. Mas tampouco fazem sentido cotas sociais, porque não é a condição de pobre que impede os cidadãos de entrar na universidade, mas o péssimo ensino público brasileiro. A única solução é o investimento maciço em educação, e jamais soluções mágicas como cotas.

Onde quer que sejam adotadas, as cotas não beneficiam os mais necessitados, mas apenas os mais afortunados entre os necessitados. Elas agravam os conflitos onde eles existem, em vez de atenuá-los, e fazem surgir disputas mortais entre os potencialmente favorecidos e os não-favorecidos, grupos que antes conviviam harmoniosamente. Tudo isto está provado em "Ações afirmativas ao redor do mundo, um estudo empírico", livro de Thomas Sowell, pesquisador da Stanford University, que estudou o efeito das cotas nos EUA, Índia, Malásia, Sri Lanka e Nigéria. O livro, com prefácio esclarecedor do historiador José Roberto Pinto de Góes, está sendo lançado no Brasil até o fim do mês pela editora UniverCidade. Ninguém devia deixar de lê-lo, especialmente os congressistas que estão prestes a apreciar uma matéria - a adoção de cotas - que pode mudar o país. Para pior.

ALI KAMEL é jornalista.

<http://oglobo.globo.com/jornal/opiniao/147019926.asp>